



Professores questionam minuta sobre carga horária docente

Para professores que debateram a proposta de mudança nos departamentos, a manutenção da burocracia nos processos de progressão e promoção, a padronização do tempo de trabalho em cursos de áreas distintas, a extensão do turno de trabalho dos docentes da Ufam para até as 23h (o que demanda da universidade a oferta efetiva de segurança à comunidade acadêmica e a garantia de que o transporte público está disposto a ampliar o horário de circulação no campus) são apenas alguns dos pontos que requerem atenção especial, antes da aprovação da nova resolução, para que docentes, técnico-administrativos e estudantes não sejam prejudicados. **Páginas 4 e 5**

INSTÂNCIA DELIBERATIVA

Bastidores do 36º Congresso do ANDES-SN

Foto: Daniel Amorim



OPINIÃO

Processo de Consulta para escolha do novo comando da Ufam

Página 8

ARTIGO

A violência histórica na sociedade brasileira

Páginas 9 e 10

Realizado de 23 a 28 de janeiro em Cuiabá (MT), o 36º Congresso do ANDES-SN chamou atenção em três momentos especiais e surpreendentes na programação extra-oficial do evento: a concessão de um bate-papo com Guilherme Boulos, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e com a professora Sara Granemann, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assim como a mobilização das mulheres contra o assédio nos círculos universitários. **Página 3**

ENTREVISTA

“Houve uma institucionalização muito profunda não só do movimento sindical, mas do conjunto do movimento social”, afirma Guilherme Boulos.

Páginas 6 e 7



Foto: Internet

Atribui-se a Brecht esta frase, sem fonte segura: que tempos são estes em que temos que defender o óbvio? Sobre a questão, a filósofa Paula Castro afirma que quando se trata de relações humanas e sociais as coisas não parecem ser tão óbvias.

Falemos pois sobre o óbvio. Nossos direitos, por exemplo. Num contexto em que o estado não os garante, minimamente, aos cidadãos, não seriam seus dirigentes (e não os movimentos sociais) os criminosos que o estado deveria prender? Mais: um docente, ao tornar-se dirigente, não deveria trabalhar para assegurar os direitos de sua categoria? Por fim, não seria “ób-

vio” que, se o mesmo quisesse disputar, democraticamente, um processo eleitoral, deveriam se isentar de atuar, ao mesmo tempo, como juiz e candidato?

“Obviedades” como estas remontam ao Brasil Colônia e, como nos explica o Professor Isaac Lewis, foram construídas a partir da lógica de que nós, brasileiros, éramos “inferiores, bárbaros e selvagens” e que, por isso, os “bons e civilizados”, de Cabral, o Pedro, a Cabral, o Sérgio, do dirigente universitário medieval ao tecnocrata, arrogaram-se o direito de ditar as regras do jogo.

Questões como estas foram discutidas no 36º. Congresso do

ANDES-SN, do qual participou a delegação da ADUA-SS, com seus delegados e um jornalista. Esta delegação teve o privilégio de ouvir Guilherme Boulos, o conhecido líder do MTST, a professora Sara Granemann, uma das mais importantes pesquisadoras do campo da previdência pública, além de integrar um belíssimo ato público, realizado pelas mulheres participantes, denunciando o assédio sexual e moral... nas universidades? Não!

Contraditoriamente, no próprio Congresso. O ANDES-SN, como não poderia deixar de ser, apoiou a luta das mulheres e não se omitiu. Defendeu o óbvio. Que tempos são estes, diria Brecht!

Notas

Entidades deixam comissão de consulta para escolha de reitor da Ufam

Recém-instalada, a Comissão de Consulta à Comunidade Universitária (Cccun) para escolha do Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), gestão 2017-2021, sofreu duas baixas: a saída dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) e da Associação dos Docentes da Ufam (ADUA-SS) da composição responsável por conduzir a consulta informal. As entidades representativas questionam a lisura do processo. O ataque à autonomia e à democracia do processo de escolha dos dirigentes praticado pela Administração Superior da universidade ao constituir uma Comissão de Consulta à Comunidade Universitária com a participação de representantes do Consuni, levou a ADUA-SS a publicar uma nota de repúdio, em janeiro. No manifesto, a entidade classifica a situação como uma “ingerência grave da parte do CONSUNI nos ritos democrático e participativo que deveriam nortear a vida na UFAM, comprometida ainda mais por ter maioria na Comissão de Consulta”. A prática nas con-

sultas anteriores era de delegar às entidades – ADUA-SS, SINTESAM e DCE – a condução do processo. Vamos ficar de olho!

Inaugurado em novembro, HUGV adia reabertura

Com reforma iniciada em 2012 e orçada em mais de R\$ 100 milhões, o Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), apesar de inaugurado com toda a pompa e circunstância em novembro do ano passado, fez os pacientes amargarem 50 dias de espera para ter acesso à nova estrutura da unidade. O motivo foi a presença de fungos nos móveis da área de atendimento aos pacientes e um atraso na entrega de transformado-

res. A reabertura da unidade era prevista para dezembro de 2016 e acabou sendo adiada para fevereiro. Na página da Ufam, um comunicado assinado pela reitora da universidade e pelo superintendente do Hospital informa que houve “intercorrências no processo de traslado para a nova estrutura” e que “o atraso na entrega dos transformadores e a higienização de móveis para a eliminação de fungos foram os principais responsáveis pelo replanejamento das etapas do cronograma de limpeza fina e ultrafina da unidade médica”. Como um prédio reformado, durante quatro anos e a um preço milionário, pôde apresentar fungos é a pergunta que não quer calar!

charge

ELEIÇÕES SUBLIMINARES



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: Guilhermina Terra (Presidente), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Diretor Responsável: Welton Yudi Oda

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação.

Ilustrações: Kariny Sanchez e Carlos Bonfim.

Chargista: Júnior Lima.

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

36º CONGRESSO DO ANDES-SN**Bastidores revelam enfrentamento contra retirada de direitos**

Foto: Daniel Amorim

Por Daniel Amorim

Como todo grande Congresso de categorias profissionais, também o do ANDES-SN tem seus bastidores reveladores. Além das tradicionais plenárias e grupos mistos, o 36º Congresso, realizado de 23 a 28 de janeiro em Cuiabá (MT), registrou dois momentos bastante importantes ali ocorridos. As entrevistas coletivas com Guilherme Boulos, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e da professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sara Granemann, possibilitaram aos jornalistas que cobriam o evento uma compreensão aprofundada sobre temas como a segregação social no espaço urbano e a contrarreforma da previdência do governo Temer. Outro registro de bastidor foi o ato promovido pelas mulheres participantes contra o assédio sexual perpetrado por professores delegados. A denúncia pública mobilizou o apoio de congressistas e inspirou ações específicas contra essa prática nos círculos universitários.

Boulos

No final da tarde do dia 23, recebemos a informação de que Guilherme Boulos participaria de debate no teatro da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde se concentraram as atividades do congresso. Até então, seu nome não constava nos folders distribuídos aos participantes. Pouco antes de compor a mesa, da qual também participaria Maria Lúcia Fattorelli, da coordenação nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, o ativista e professor recebeu os jornalistas na sala de imprensa. As perguntas, também elaboradas sob o calor da hora, trataram de questões diversas, mas complementares: a luta das classes menos favorecidas pelo direito à moradia, a especulação imobiliária como reflexo da lógica capitalista, a reforma da Previdência e os efeitos nefastos da PEC 55.

A questão que não poderia ser deixada de lado, no entanto, dizia respeito à onda crescente de perseguições aos movimentos sociais. No dia 17 de janeiro, Boulos foi detido pela Polícia de São Paulo durante uma reintegração de posse em São Mateus, na zona leste de São Paulo. Na ocasião, ele prestava apoio às famílias despejadas do terreno, chamado Ocupação Colonial. “Fui indiciado com base na teoria do domínio do fato (que afirma a responsabilidade do autor a partir de sua posição decisória, sem considerar sua ação direta no ato). Usaram o mesmo argu-

**Mulheres realizam ato contra o assédio sexual e moral no último dia de plenária do 36º Congresso**

mento para prender o (ex-ministro) José Dirceu no julgamento do Mensalão. Mas não havia provas. É uma situação sem precedentes”, analisou Boulos ao refletir sobre o caráter cada vez mais autoritário – e imparcial – do poder judiciário no Brasil. (Confira a entrevista nas páginas 6 e 7).

Granemann

Na noite de terça-feira (24), os jornalistas se encontraram com a professora Sara Granemann para abordar detalhes da contrarreforma da Previdência anunciada pelo Governo. Por meio de uma análise que combina erudição e reflexão crítica, Granemann explicou por que os defensores da medida se aproveitam de uma falácia para defender a medida. “Se falarem dela sob qualquer outro argumento, não terá a força de tentar se tornar uma verdade científica, comprovada com números (...). Isso é o financiamento da grande ambição do Capital, porque há uma massa de recursos tão gigantesca que só a Previdência pode acumular e isso é parte importante, não exclusiva, mas central, do recrudescimento das crises e das possibilidades de expansão dos capitais”.

Já ao final da entrevista, Granemann teceu comparações entre os sistemas previdenciários de diferentes países para propor a seguinte tese: em nações que passaram por revoluções, é mais difícil alterar um sistema de acesso justo à aposentadoria. “Mesmo que seja revolução burguesa, com expropriação de uma classe pela outra, ou que se tenha elementos de luta revolucionária, como teve no México. Eles têm uma constituição elaborada em 1917, que é muito mais avançada que a nossa no campo da Previdência. Portugal também teve uma revolução e tinha uma constituição e políticas previdenciárias muito mais avançadas. Está em debate uma contrarreforma

da previdência lá? De jeito nenhum”, concluiu.

Assédio

Fora de qualquer programação, o que ocorreu desde os primeiros momentos da inscrição de delegados ao Congresso, revelou-se uma situação constrangedora (e contraditória) de assédio sexual e moral, que culminou em ato público denunciador realizado pelas mulheres participantes. As monitoras (alunas) que trabalhavam na infraestrutura do Congresso, desde os primeiros momentos, denunciaram investidas de assédio sexual de docentes delegados nos corredores do Teatro e nos espaços da festa da noite de quarta-feira (25). Durante o ato, ficou evidenciado igualmente atitudes de assédio a algumas professoras delegadas.

No começo dos debates da tarde do dia 26, professoras da UFMT subiram ao palco do Teatro e manifestaram seu repúdio à conduta dos colegas. O ato foi replicado com mais visibilidade na manhã de sábado (28), último dia do evento. Segurando cartazes, entoando refrões sobre a representação da mulher latino-americana e batendo tambores, as mulheres – agora de praticamente todas as delegações – tomaram o palco, num ato que culminou com a leitura de um manifesto, duro e indignado, contra o machismo. Vários delegados homens manifestaram sua solidariedade participando ativamente do ato.

Esta situação impensada, mas real, provocou a coordenação do GT Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual do ANDES-SN a propor, em reunião de março, que o Sindicato Nacional institua um Observatório de Práticas de Racismo, Lgbtphobia e Violência Contra a Mulher nas Universidades, a partir das Seções Sindicais, com a intenção de denunciar essas práticas e gerar ações militantes.

RETROCESSO

Minuta de resolução sobre carga horária preocupa docentes na Ufam

Por Annyelle Bezerra

O recrudescimento da burocracia nos processos de progressão e promoção e a padronização do tempo de trabalho em cursos de áreas distintas imperam novamente na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Estes serão alguns dos prejuízos para a categoria docente caso seja aprovada a proposta de minuta de resolução que discute o tema, no Conselho de Administração (Consad). A avaliação é de professores que estão há meses se aprofundando no tema.

Candidata a substituir a Resolução 012/91, a propositura de autoria da Administração Superior gera questionamentos pertinentes. Afinal, o tempo dispensado para a preparação de aulas pode ser padronizado sem levar em consideração a especificidade de cada curso? Ou por que a ascensão profissional dos professores da Ufam não ocorre de forma automática ao invés de condicionada à apresentação de pilhas de documentos?

Sergio Gianizella, vice-diretor do Instituto de Ciências Biológicas da Ufam (ICB) e responsável pelo pedido de vista do processo, já alerta que as respostas para ambas as questões incitam debate. Isso porque existem na universidade grandes especificidades, dependendo do curso, que, apesar da semelhança entre os regimes de trabalho, demandam maior dedicação para a elaboração de aulas e práticas em laboratório.

A necessidade de até dois dias de prepa-

ração para que uma aula experimental na área das Ciências Biológicas e Zoológicas ocorra, por envolver o uso de equipamentos e coletas de materiais, animais e até sangue em ambientes externos, assim como por demandarem dias para que os resultados possam ser aferidos, é um dos exemplos práticos de como há cursos que contam com dinâmicas de trabalho bastante particulares. Reduzir o tempo para o fomento deste tipo de atividade configura uma ameaça à existência de aulas experimentais e impõem aos docentes a necessidade de levar trabalho para casa.

Ao não levar em consideração as particularidades de cada curso, a minuta abre prece-

“

Às vezes criticamos o sistema político, mas repetimos esse tipo de atitude institucionalmente. As coisas se definem muito rápido.

Marcelo Vallina

”

dentos ainda para que professores de áreas de ensino que requerem maior dedicação fiquem descobertos pela nova legislação, podendo inclusive perder pontos no cálculo obrigatório para progredirem na carreira. Ligada diretamente à Resolução 005/2016, que define os critérios para progressão e promoção e que vem sendo discutida de forma concomitante no Conselho Universitário da Ufam (Consuni) apesar de deter a mesma tabela de valores para fins de cálculo de carga horária, a minuta relativa ao regime de trabalho, na opinião dos docentes que propuseram mudanças ao texto, não deveria estar sendo discutida, neste momento, para prevenir que ambas as resoluções tenham determinações conflitantes.

Primeiro vice-presidente da Regional Norte 1 do ANDES-SN, Marcelo Vallina ressalta que o aprofundamento do processo de discussão está relacionado à

autonomia, mas na gestão as discussões ocorrem no âmbito do Comitê Gestor, composto por diretores, e não no Consuni. “Isso significa um esvaziamento das discussões democráticas. Às vezes criticamos o sistema político, mas repetimos esse tipo de atitude institucionalmente. As coisas se definem muito rápido”, ressaltou.

A decisão do Consuni de que o Plano Individual de Trabalho (PIT) não seja mais um documento com apresentação obrigatória nos pedidos de promoção é apenas um exemplo dos conflitos que podem vir a ocorrer entre as duas resoluções, caso as discussões ora realizadas no Consad e Consuni não estejam afinadas. Enquanto na instância máxima deliberativa da universidade a proposta é excluir a apresentação do PIT mantendo apenas o Relatório Individual de Trabalho (RIT), há a possibilidade dos conselheiros do Consad não terem o mesmo entendimento e manterem a exigência do plano individual, documento em que o docente expõe as atividades que pretende realizar junto aos alunos ao longo do semestre.

Responsável por elaborar uma nova proposta de minuta para apresentação junto ao Consad por ter pedido vista do processo, Gianizella enfatiza ser importante ainda que as discussões sobre todos os aspectos propostos no documento sejam aprofundadas, dado o impacto direto da legislação no dia a dia dos professores, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Representante docente no Consuni e membro do Departamento de Parasitologia, um dos que discutiram internamente a proposta, a professora do ICB Andrea Belém manifesta a mesma preocupação, e vai além ao propor que a minuta saia da esfera do Conselho de Administração e passe a ser objeto de debate no Consuni. “Diretores muitas vezes só pensam na sua própria área. O Consuni, por sua vez, tem representantes docentes que podem levar o debate para suas unidades e trazer sugestões para melhorar. Por isso, o fórum adequado, na minha opinião, não é o Consad”, afirma Belém.

Prevista no artigo 6º, do capítulo 3 da minuta, a inclusão sem qualquer justificativa da possibilidade de extensão no turno de trabalho dos docentes da Ufam para até às 23h é outro ponto polêmico e que demanda atenção quan-



Imagem: Portal Estácio/com edição da ADUA



to às possíveis intenções da mudança. Assim como na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garante aos trabalhadores brasileiros cuja jornada se estenda após as 22h, o direito a um acréscimo na remuneração denominado de adicional noturno, a Lei 8.112/90 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais prevê o adicional aos docentes, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Estaria a Ufam disposta a arcar com esse ônus?

Como se o aspecto financeiro não fosse suficiente, a permanência de professores e estudantes nas dependências do campus após as 22h perpassa por questões que nunca estiveram tão em evidência quanto no início deste ano: a fragilidade da oferta de segurança à comunidade acadêmica nas dependências da instituição e o ineficiente sistema de transporte público utilizado pela maior parte dos discentes, cujos ônibus não adentram o campus após as 22h. A minuta pretende estender também o horário do transporte público no campus? Como isso seria feito?

Burocratização

A burocratização presente no cômputo de pontos para o avanço na carreira, mantida na Resolução 005/2016, também é alvo de críticas dos docentes que se aprofundaram na análise da minuta, por considerarem a manutenção contraditória ao objetivo das discussões no Consad e Consuni: atualizar legislações defasadas.

Enquanto em outras categorias a progres-

são e promoção, direitos previstos em lei, se dão em caráter automático em função de investimentos em sistemas digitais que captam e armazenam automaticamente as atividades desempenhadas pelos trabalhadores, na Ufam, que enquanto foi Universidade do Amazonas (UA) garantia os benefícios de forma automática, os pedidos do tipo, hoje, obrigam docentes a reunirem documentos referentes a até oito anos de trabalho para que os pedidos sejam deferidos, verdadeiros calhamaços de papel que prejudicam o meio ambiente e se repetem desnecessariamente, levando em conta que independente do posto ocupado na carreira o docente deve apresentar toda a trajetória acadêmica vivenciada até o momento da nova solicitação.

Se num primeiro momento o excesso de burocracia aos olhos dos mais desavisados se apresenta meramente como uma característica administrativa, quando associado à atual postura do governo federal marcada pela constante retirada de direitos dos trabalhadores e ataques à educação e a carreira docente, transforma-se num terreno fértil para que professores de universidades públicas federais enfrentem dificuldades em obter ascensão profissional, assim como para que haja o desestímulo de ingresso na carreira de servidor público federal docente.

Superadas as hipóteses sobre os possíveis objetivos do recrudescimento da burocratização na universidade, uma ação simples resolveria todo o problema gerado pela exigência da apresentação de pilhas de documentos sempre que um pedido de progressão ou promo-

ção é provocado: cabe à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) arquivar os processos de progressão e promoção dos docentes, por envolverem remuneração. O que não é feito, hoje, por falta de espaço.

A obrigatoriedade de que os docentes atuem nos campos do Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional e a possibilidade de compilação num item só do disposto no artigo 5º do documento, que lista de maneira separada todas as atividades próprias dos docentes, também integram o rol de preocupações dos membros dos departamentos de Biologia, Parasitologia, Ciências Fisiológicas e História da universidade que já discutiram a minuta e encaminharam à Gianizella contribuições para a confecção de um novo documento ainda em fase de elaboração.

Composta por uma tabela que estipula o valor em horas de cada atividade desenvolvida pelo professor, a proposta de resolução que sairá do Consad, caso compile o artigo 5º num item só, corre o risco de contribuir, no caso de uma hipotética falta de atenção, para que atividades deixem de ser incluídas na tabela, levando docentes a obterem pontuações inferiores à quantidade de atividades desempenhadas no período avaliado para fins de progressão e promoção.

A limitação do número de horas destinado às orientações de mestrado e doutorado também é contestada pelos professores. Enquanto na minuta é proposto o máximo de 12 horas em dois semestres para alunos de mestrado e 12 horas em quatro semestre para os de doutorado, os docentes sugerem que o tempo de orientação seja igual à duração dos cursos (4 semestres para mestrado e 8 semestres para doutorado).

A manutenção da carga horária no turno de 7h às 22h, o fim da exigência do PIT, a permanência de duas horas de preparação para aulas e atendimento aos alunos, manutenção da carga horária integral nas orientações de pós-graduação e a inserção da informação no cabeçalho da minuta que o PIT e RIT são apenas alguns temas do documento alvos de propostas de mudança pelos departamentos que discutiram a minuta.

Debatida até o artigo 17º, do capítulo 6, a minuta que institui normas relativas ao regime de trabalho e à alocação de carga horária do docente efetivo deve voltar a ser tratada no Consad, em data ainda a ser definida.

A relatora do processo e membro da comissão constituída para elaborar a minuta, professora da Faculdade de Enfermagem, Nair Chase da Silva foi procurada para comentar os pontos questionados pelos docentes, mas se limitou a informar que a “minuta de resolução sobre carga horária docente está em processo de análise no Consad para receber os ajustes necessários à sua aprovação”.

MORADIA

“A política de espoliação leva ao dos movimentos sociais”, afirma

No dia 23 de janeiro, o professor e ativista Guilherme Boulos chegou à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para participar de palestra no 36º Congresso do ANDES-SN. Horas antes de subir ao palco, onde dividiria a mesa com Maria Lúcia Fattorelli (coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida), ele reuniu-se com jornalistas de algumas seções sindicais para uma coletiva na qual abordou temas como o direito à cidade e o avanço de medidas conservadoras, com ênfase na PEC 55 e na perseguição aos movimentos sociais, do qual ele próprio acabou se tornando alvo. No dia 17 de janeiro, Boulos foi detido sob a acusação de “desobediência civil” enquanto acompanhava uma reintegração de posse em São Mateus, zona leste de São Paulo. “Quando não há condições de dar uma resposta política aos problemas sociais, a resposta é a repressão, a criminalização”, enfatizou. Participaram da entrevista: Daniel Amorim (ADUA-SS), Bruna Homrich (Sedufsm SSind.), Gabriela Venzke (Adufpel SSind.), Kelvin Melo (Adufrj SSind.) e Renata Maffezoli (ANDES-SN).

Como você observa a atual perseguição aos movimentos sociais e a prisão que você enfrentou recentemente? Algumas pessoas falam que isso está piorando, mas os movimentos sociais sempre foram perseguidos. Você acha que existe uma perseguição e se devemos fazer alguma coisa a respeito?

Evidentemente, não foi o governo Temer que estabeleceu a criminalização dos movimentos sociais no Brasil. É um processo histórico. No próprio governo Dilma enfrentamos a sanção da lei anti-terrorismo, um argumento que será utilizado de forma cabal para criminalizar movimentos sociais. No entanto, acho que a situação está piorando. Depois do golpe parlamentar, observa-se um movimento crescente de criminalização da luta social. Há uma “quebra” do que era garantido juridicamente. Isso tem a ver com o fortalecimento quase imperial do poder judiciário no Brasil, que faz o que quer, passando por cima de direitos constitucionais. A criminalização não é só pancada e repressão. A criminalização é judicialização também. Isso tem a ver com o fato de que temos um governo pautado pela espoliação. Se podemos dizer que, ao longo de treze anos, o PT tentou fazer um pacto de conciliação, o governo Temer não quer conciliação, quer espoliação completa. Quando não há condições de dar uma resposta política aos problemas sociais, a resposta é a repressão, a criminalização. Está ocorrendo um agravamento brutal da crise econômica, o desemprego crescente, programas sociais sendo eliminados. No caso da moradia, isso é evidente. Desde o começo do governo Temer, não houve contratos do Minha Casa Minha Vida. E, ao mesmo tempo, as pessoas que não conseguem pagar aluguel nas grandes cidades vão para a rua. Então, isso gera processo social. A política de espoliação, a política dura, leva ao aumento da criminalização dos movimentos sociais.

Como o MTST avalia a atual organização territorial do país e qual o objetivo do movimento na reorganização da cidade? Se o MTST pudesse, numa situação hipotética, construir uma cidade hoje, no que ela diferiria em relação às cidades em que vivemos? Temos no Brasil algumas das cidades mais segregadas do mundo, do ponto de vista da separação entre ricos e pobres, entre centro e periferia e o que isso sig-

nifica do ponto de vista social. A segregação territorial é também uma segregação social, de classe, considerando a oferta de serviços públicos, a formalização da cidade, do acesso a bens culturais. No nosso entendimento, qualquer projeto de reforma urbana deve levar isso em conta. Existe no Brasil uma legislação relativamente avançada, embora tenha problemas, que é o Estatuto das Cidades, o qual cria alguns instrumentos para o enfrentamento da especulação imobiliária, que é a lógica que norteia a cidade. Na lógica de cidade que temos, valorização imobiliária é sinônimo de expulsão social. O que temos visto na última década, a partir do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, baseia-se em capital da construção civil e imobiliário. O estoque de crédito imobiliário no Brasil em 2005 era de R\$ 3 bilhões. Em 2014, o estoque de crédito imobiliário chegou a R\$ 102 bilhões. Houve um aumento de mais de 3 mil por cento que nos leva a pensar: bom, as pessoas têm crédito. (Por outro lado) isso significa um crescimento da especulação, que levou à colonização de regiões periféricas pelo capital e a expulsão para as regiões periféricas. O Estatuto das Cidades, no entanto, é letra morta. Temos, antes de tudo, a perspectiva de construir um programa mínimo, que passe pela tributação progressiva do solo, pelo programa nacional de construção dos equipamentos públicos em regiões periféricas, um fator decisivo para a especulação. O que torna o Centro mais valorizado que a periferia? É precisamente o fato de o Centro ser o local da oferta de emprego e de serviços. Se você leva serviços públicos para a periferia, você diminui a especulação relativa. Então, deve-se ter um programa massivo, no sentido de levar o centro para a periferia e a periferia para o Centro. Um programa de moradia e reforma urbana passa também pela utilização dos imóveis ociosos. Hoje, o Brasil apresenta quase a mesma quantidade de imóveis ociosos e pessoas sem-teto. Temos cerca de 7 milhões de famílias sem teto e quase 6 milhões de imóveis ociosos no Brasil. Muitos desses imóveis estão em regiões centrais, utilizados para especulação.

Uma das principais pautas da atualidade é aprovação da PEC 55. Que impactos a PEC que traz para a questão da moradia e quais as perspectivas para os próximos vinte anos?



aumento da criminalização

Guilherme Boulos

Podemos afirmar com segurança que a PEC 55 foi o maior ataque à Constituição de 1988 e ao que ela apresenta de positivo, que é uma “rede” de proteção social, a capacidade de investimento social e público do estado brasileiro. Nunca tivemos no Brasil um estado de bem-estar social, que fique bem entendido. Vários economistas fizeram levantamentos para analisar os efeitos da PEC caso ela tivesse sido aprovada há vinte anos. Se não me engano, os investimentos em saúde cairiam pela metade, na educação cairia dois terços. Do ponto de vista da moradia, se essa PEC já tivesse sido aprovada – e talvez o agravamento da crise social no Brasil pelos próximos anos pode força-los a ter que rever isso –, nenhum programa de financiamento habitacional popular existiria. E acho que a nossa luta daqui para a frente é levantar a bandeira de um referendo. A PEC foi aprovada no Congresso sem a menor legitimidade social. Então, uma forma de manter nossa bandeira de luta viva neste ano é encampar a realização de um referendo sobre a PEC 55.

Desde o ano passado, várias entidades sindicais e sociais têm afirmado a importância da greve geral. Apesar disso, e levando em conta o acirramento dos ataques do governo Temer, como a PEC 55, esse movimento não foi levado a cabo. Por outro lado, os trabalhadores participaram de ações de êxito, como a Marcha a Brasília. Você acha que esse projeto ainda não foi executado por causa de divergências entre os movimentos ou trata-se de um projeto de longo prazo?

Acho que parte do movimento social brasileiro, durante os treze anos de governo petista, se preocupou com outras coisas em vez de fazer trabalho de base. Houve uma institucionalização muito profunda não só do movimento sindical, mas do conjunto do movimento social. Parte desses movimentos se aliou ao governo, acreditou que o governo pudesse resolver seus problemas e ponto final. Construiu-se um distanciamento com a organização de base, e isso enferruja. A greve geral não é apenas uma decisão. Ela tem de ser construída com a classe trabalhadora do Brasil. O problema é que boa parte da classe trabalhadora ainda não está com essa disposição. É necessário retomar uma capilarização do

sindicato com as suas bases que vai permitir essa mobilização. Acredito que a reforma da Previdência pode significar um ponto de ruptura. Nós, do MTST, fomos à periferia para abordar a questão da PEC, mas o assunto é difícil de ser compreendido pela população mais pobre. Era uma longa conversa para as pessoas entenderem. E, além disso, do outro lado existia um discurso midiático pesado do governo Temer, afirmando que é necessário cortar gastos, “você não pode gastar mais do que arrecada”. A reforma da Previdência é diferente. Já virou assunto de boteco. É a aposentadoria que está em jogo, não precisa legendar. O enfrentamento dessa reforma que está prevista para ser votada em junho na Câmara pode ser um ponto de ruptura que permita melhores condições para uma greve geral no Brasil.

O MTST tem uma relação muito forte com a universidade. Você acredita que essa relação está no patamar ideal ou isso poderia ser ampliado? Como você vê essa relação do MTST com a universidade?

Oferecemos programas de extensão universitária em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas acredito que há espaço para ampliação. Na verdade, vamos enfrentar o mesmo terremoto no próximo período. Os professores, estudantes e funcionários da universidade vão enfrentar uma política de desmonte da universidade pública e de ataques a direitos sociais e trabalhistas. O MTST também vai sofrer com esse processo, no que diz respeito ao desmonte de programas habitacionais. É preciso um estreitamento no campo das relações, no campo da formação, construir cursos, levar a universidade até as ocupações e vice-versa. Essa relação, hoje, ainda é uma relação de representação. Dirigentes das universidades vão até as ocupações, mas há poucos projetos de extensão. Temos bastante interesse em expandir (essa relação), colocando não apenas a direção do MTST em contato com a universidade, mas todo o conjunto do movimento e de sua base social.

Entrevistado: Guilherme Boulos

Formação: Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente de Resistência Urbana.

Foto: Daniel Amorim



CONSULTA

Mais do mesmo ou imersão na sociedade

Por José Seráfico

Como eu, muitos dos professores aposentados da Universidade Federal do Amazonas terão ficado entre surpreendidos e decepcionados quando viram a UFAM convocar as eleições do próximo dia 22 de março. A decepção funda-se na comparação entre os procedimentos de que fomos partícipes, nos anos 1980; a surpresa, pela institucionalização de um processo que vinha dando certo, sob a iniciativa e controle das entidades de docentes, discentes e servidores da Universidade.

Logo me veio à cabeça o clima de entusiástica participação, que engolfava parcela expressiva da comunidade, fazendo-a assumir responsabilidades e pugnar pela abertura de espaços onde possa de fato prevalecer o espírito acadêmico. E até não eram muitos os que se dedicavam integralmente às atividades universitárias. Mesmo assim, parecia haver o desejo de deixar claros os compromissos coletivos, a partir da constatação de, privilegiados por termos chegado aos bancos da escola superior, isso não nos afastava da sociedade em torno, a mesma que assegura os recursos que nos mantêm estudando.

Quando ADUA-SS, DCE e ASSUA iniciavam o processo eleitoral, era certo que a voz dos que ocupam o andar de baixo se fazia ouvir. Chegou um momento em que mesmo o andar de cima, instalado nos órgãos de deliberação mais altos da instituição universitária, não pôde mais fingir surdez. Elegemos, assim, o primeiro reitor eleito pela comunidade e acatado pela cúpula administrativa.

Derrotados em votos, sentimo-nos, eu e os demais integrantes da chapa (Nelson Fraiji, Néilton Marques, Bruce Osborne, Jucelem Ramos e Arminda Mourão), recompensados pela beleza do espetáculo. O tempo gasto na discussão dos temas, diferente do que hoje se verifica, não se limitou a oferecer mais do mesmo. O que desejávamos, todos, era marcar nossa presença na Universidade, ao mesmo tempo marcando a Universidade na luta pela emancipação dos amazônidas. Embora não fosse regionalista a perspectiva da qual apreciávamos e participávamos do quadro, nosso desejo era mostrar que neste pedaço quente e úmido do Brasil há pensamento vivo.

Mais uma eleição se aproxima, e os tempos são outros. Daí ser quase uma temerida-



de confessar que a tônica das ideias em debate parece encaminhar-nos para escolher entre uma coisa e a mesma coisa. Porque, salvo uma das chapas, as propostas de que tomei conhecimento dão a impressão de que a Universidade é um gueto, cuja autonomia deve ser preservada a qualquer custo. Mesmo o custo de desligamento das agruras por que passam os que asseguram, com seu trabalho e seu imposto, a manutenção e o funcionamento da academia. Uma certa forma de autonomia negativa.

A insistência em manter neutralidade de que Howard Zinn desconfiaria, tanto pode ser revelação de prudência quanto de desinteresse. Talvez a história contada pelo professor norte-americano morto em 2010 (Você não pode ser neutro num trem em movimento, uma história pessoal dos nossos tempos, Curitiba, PR, L.-do Pa, 2005), mais que uma autobiografia, é aula a que nenhum acadêmico pode estar ausente.

Percebo certo apego às coisas tais como elas estão, na maioria das propostas apresentadas pelas chapas. É como se tudo estivesse pronto, cabendo apenas aprimorar, melhorar, expandir – ou seja, reiterar nas mesmas práticas, renunciando às críticas, tão necessária quanto justificativa da existência de universidades.

Vejo enorme risco, nessa conduta, pelo que

ela tem de conservadora e acomodada. Até porque, como se pode sentir no seio de boa parte da comunidade, há muito por fazer; muito do que foi feito não aproveita à construção de um espírito inquieto, desejoso de mudar a sociedade; e a impressão que se tem é a da absoluta conformidade com a realidade atual. Sintetizando: a renúncia a qualquer tipo de utopia, como se esta estivesse definitivamente morta e sonhar fosse proibido.

Discutir a Universidade, descortinar horizontes ainda não vislumbrados, explorar possibilidades – eis quanto de melhor poderá ser feito pela Universidade Federal do Amazonas. Por todas as Universidades, se merecem a maiúscula inicial, porque maiúsculas as finalidades a que se devem dedicar.

É com esse espírito que sufragarei a chapa que me parece mais preocupada com os problemas que me afligem. Lembro Zinn, presto-lhe reverência e peço aos colegas: esqueçam a neutralidade! Ela só existe para quem não tem sangue a correr-lhe nas veias.

Se tomamos a realidade como algo insubstituível e impossível de ser profundamente alterada, estaremos incidindo na neutralidade rejeitada por Howard Zinn. Mais grave, ainda, estaremos concorrendo para aprofundar os problemas que afligem toda a comunidade (e, nesse caso, não só a que se exila no interior dos muros universitários), em flagrante oposição àquilo que me parece dívida inegável para com os que financiam a escola pública. Porque é nestes que vamos encontrar, em primeiro lugar, a própria razão da Universidade. Depois, porque a manutenção do status quo dispensa maior conhecimento e qualquer esforço para pôr em funcionamento instituições que se ocupem de mostrar caminhos, estudar e propor alternativas e seguir atentas a trajetória da comunidade em que se inserem.

Se alguma neutralidade é nociva, mais ainda o é a que cerca a atividade da qual a sociedade tanto espera. E paga para que de lá possa resultar algo benéfico à coletividade. Esse é o espírito que me fez escolher uma chapa, na qual depositarei meu voto e minha confiança.

José Seráfico é advogado e professor titular aposentado do Departamento de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais (FES) da Ufam.

PERPETUAÇÃO**A violência histórica na sociedade brasileira**

Por Isaac Warden Lewis

Os colonizadores europeus – portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses, belgas – invadiram territórios da Ásia, África e da América, norteados por ideias preconcebidas em relação às populações que viviam nesses continentes.

Por considerarem inferiores, bárbaros e selvagens os seres humanos que viviam nas terras invadidas e suas culturas, os colonizadores europeus arrogaram-se o direito de se apropriarem das terras invadidas com o objetivo de explorarem os recursos materiais e humanos dessas terras.

Para isso, utilizaram-se de armas de fogo e de ensinamentos supostamente cristãos, desconhecidos dos povos que viviam nas terras invadidas, para realizarem massacres, genocídios, decapitações, esquartejamentos de todos os colonizados que se recusassem a aceitar as práticas civilizatórias e religiosas, impostas pelos colonizadores.

O escritor medieval Luís de Camões ilustra bem o comportamento dos colonizadores em geral, embora ele louve especialmente os colonizadores portugueses em sua epopeia denominada “Os Lusíadas”. Neste livro, os portugueses são considerados gentes boas e os colonizados, gentes ruins. A cultura portuguesa é boa e a cultura dos colonizados, ruim. As barbaridades e as selvagerias dos portugueses são consideradas heroicas e meritórias e as dos colonizados, terríveis e atroz.

No Brasil, no século XVI, os colonizadores portugueses trouxeram arcabuzes, inquisi-

dores, padres, ordens religiosas e as leis manuelinas, joaninas e filipinas, que discriminavam negativamente ateus, judeus, ciganos, índios, africanos negros, muçulmanos como gentes sujas, não merecedoras de consideração e de direitos do reino português, mas que deveriam respeitar e cumprir os deveres impostos a eles.

As ordens religiosas organizaram campos onde concentravam os índios (crianças e adultos), ensinando-lhes os costumes e comportamentos que deveriam adotar para se tornarem trabalhadores civilizados. Os índios que reagiram ou se rebelaram contra essa domesticação foram mortos ou escravizados através de guerras justas ou guerra aos bárbaros, previstas nas leis elaboradas pelos reis portugueses.

Desse modo, através da violência e da domesticação, os índios se tornaram trabalhadores e escravos suprindo Portugal de pau brasil, drogas do sertão, especiarias e ainda foram forçados a trabalharem nas primeiras plantações e engenhos de açúcar.

Ao ampliarem investimentos em plantações de cana e de engenhos de açúcar, os portugueses trouxeram africanos negros para o Brasil e obrigaram-nos a trabalharem à força. Os negros africanos e brasileiros ainda foram empregados à força nas plantações de tabaco, de cacau, de café e na mineração.

Em todo o período colonial e no período imperial, as autoridades jurídicas e policiais perseguiram e puniram índios e negros rebeldes ou que se recusassem a trabalhar eficientemente nas plantações e nos engenhos, torturando-os, deportando-os, matando-os,

degolando-os, esquartejando-os. Não somente índios e negros foram punidos bárbara ou selvagemmente, também foram punidos dessa forma homens livres, incluindo altos funcionários brasileiros e portugueses que se rebelaram contra as determinações das autoridades reinóis.

Em resumo, o Brasil foi fundado, estruturado e consolidado através da violência bárbara e selvagem perpetrada pelos colonizadores portugueses, pelas autoridades políticas, jurídicas, militares (incluindo bandeirantes) e policiais, brasileiras e portuguesas, a serviço das classes privilegiadas de Portugal (até 1822).

O estado burocrático de direito, construído, a partir de 1549, no Brasil, para garantir a expropriação das terras indígenas, a exploração do trabalho forçado dos indígenas e africanos e a submissão e o respeito dos súditos portugueses e luso-brasileiros às diretrizes políticas estabelecidas pelas cortes portuguesas, era administrado, inicialmente, por funcionários portugueses (governadores gerais, vice-reis, militares, auditores, juizes e seus auxiliares), tendo, depois, muitos desses funcionários (a maioria constituída de mamelucos) nascidos no Brasil.

A partir de 1822, declarada a independência do Brasil de Portugal, o estado burocrático de direito passou a ser administrado para atender os interesses comerciais e industriais da Inglaterra, a nação amiga, que apadrinhara a iniciativa de independência de setores escravagistas brasileiros. Por conseguinte, os traficantes e os senhores de escravos brasileiros entraram em conflito com os projetos políticos de D. Pedro I, acusado de beneficiar comer-

ciantes estrangeiros (portugueses e ingleses) que começaram a instalar negócios em várias cidades do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Manaus). Além disso, D. Pedro I propunha em sua constituição que nenhuma condenação à morte de qualquer pessoa (livre ou escrava) poderia ser executada sem pedido obrigatório de graça ao imperador; proibia açoites, torturas e todas as penas cruéis aos escravos; concedia cidadania aos negros libertos e sugeriu concessão de terras a colonos europeus. José Bonifácio, entre outras propostas, defendeu que o estado concedesse terra e implementos aos negros libertos. Pressionado, D. Pedro renunciou e partiu para Portugal. José Bonifácio também foi forçado a exilar-se.

A partir de então, os senhores e traficantes de escravos conseguiram transformar o estado burocrático de direito brasileiro numa feitoria administrada pelas classes favorecidas locais em benefício dos interesses das classes privilegiadas (comerciantes e industriais ingleses), apesar desses interesses conflitarem com os mesquinhos interesses dos senhores e traficantes de escravos. Em consequência, as medidas e as propostas de D. Pedro I e de José Bonifácio foram revogadas ou ignoradas e as autoridades políticas, jurídicas e policiais continuaram perseguindo, punindo violentamente índios, negros e mestiços (escravos e livres) e homens livres considerados rebeldes ou malfeitores. Nesse período, revoltas populares (Cabanagem, Cabanada, Sabinada, Balaiada) foram reprimidas pelo exército, pela polícia e pela Guarda Nacional por pretenderem melhorias de condições de vida e de trabalho através de reformas (política, agrária). Os traficantes e os senhores de escravos aprovaram, em 1850, a Lei da Terra, estabelecendo que a aquisição de terra só poderia ser feita através de compra ao governo imperial, dificultando, desse modo, o acesso à terra aos escravos e aos homens livres (índios, mestiços, negros, brancos e

imigrantes europeus).

A sociedade brasileira independente continuou excludente e violenta com relação a maioria da população. Os escravos libertos em 1888 foram lançados na marginalidade. Em 1889, os senhores de escravos proclamam a república, sem a participação popular e conformaram o estado burocrático de direito aos seus interesses imediatos (manutenção de latifúndios, exploração violenta dos trabalhadores imigrantes, negros, índios, mestiços (mulatos, mamelucos, cafuzos etc), tornan-



Em todo o período colonial e no período imperial, as autoridades jurídicas e policiais perseguiram e puniram índios e negros rebeldes ou que se recusassem a trabalhar.



do o país exportador de produtos agrícolas (café, cacau, borracha) e de matérias primas e importador de produtos industrializados. O sistema político, jurídico e policial reprimia violentamente negros, índios, mestiços e imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que se recusavam a serem tratados como escravos. Imigrantes italianos foram expulsos por tentarem organizar sindicatos para defender os interesses dos trabalhadores.

Ao longo do período republicano, a polícia perseguiu, torturou ou matou trabalhadores, favelados, detentos, praticantes de religiões africanas com a complacência de secretários de segurança, ministros da justiça e de juizes que se resumiam a prometer fazer investigações e sindicâncias jamais concluídas. Nessa conjuntura, latifundiários assassinaram traba-

lhadores sem terra, homens mataram mulheres em nome da sua honra, os índios tiveram suas terras invadidas e alguns foram assassinados, sindicalistas, advogados, juizes, políticos que criticaram as injustiças, as desigualdades e a corrupção estrutural na sociedade foram perseguidos e até mortos, detentos foram mortos nas prisões, grupos de extermínio têm atuado impunemente em todo país e uma parcela significativa da população sempre aceitava essas anomalias com naturalidade.

Um escritor negro, Paulo Lins, escreveu um romance “Cidade de Deus”, no qual focaliza as histórias de criminosos residentes num conjunto popular no Rio de Janeiro. O romance narra histórias de meninos pobres que se tornam criminosos, vendedores e consumidores de drogas, rotulados erroneamente de traficantes, que cometem assassinatos e são, por sua vez, assassinados. O livro foi saudado e aplaudido por intelectuais hipócritas porque, em nenhum momento, o autor relacionou o contexto do referido conjunto residencial com o contexto colonial, social, histórico e cultural da sociedade brasileira que produziu e estigmatizou as periferias criadas por ela.

Uma outra hipocrisia professada por alguns intelectuais e “revolucionários de esquerda” é pensar ou imaginar que a violência, a perseguição, a tortura e o assassinato nas prisões só ocorreram em um período da história do Brasil, mais precisamente, por ocasião do golpe militar de 1964.

Enquanto isso, as autoridades políticas, jurídicas e policiais atuais continuam preocupadas com a saúde e o bem estar da política econômica e social para atender os interesses mercantis das classes privilegiadas internacionais como se o papel dessas autoridades fosse manter a ordem e o progresso da periferia do capitalismo.

Isaac Warden Lewis é professor aposentado da Faced/Ufam e ex-presidente da ADUA.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 02/01/2017 A 31/01/2017

QUADRO RESUMO	dez/2016	jan/2017
SALDO ANTERIOR	200.588,10	-
Receitas	85.782,99	86.009,90
Despesas	(99.050,47)	(82.414,84)
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	(13.267,48)	3.595,06
RESULTADO OPERACIONAL	187.320,62	3.595,06
Banco do Brasil S/A C/C	9.496,93	8.456,78
Aplicação Banco do Brasil	515.757,63	520.527,03
CAIXA	460,22	326,03
SALDO ATUAL DISPONÍVEL	525.714,78	529.309,84

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

LITERATURA

Epitácio Macário, economista e diretor aguerrido do ANDES-SN, é também um sensível contista e poeta. No 36º Congresso da categoria, em Cuiabá, este nordestino de cepa forte lançou seu livro “Estações”, uma reunião de contos/crônicas leves, mas instigantes e reflexivas. Aqui publicamos um de seus pensares do cotidiano, contribuindo para que sua arte amplie horizontes.

Imagem: Carlos Bonfim

Era sábado. Acordei sentindo um sabor metálico. Uma secura infernal. O mundo ainda rodava. Na noite anterior, tinha bebido mais do que o necessário para esquecer. Só caí em mim na hora de pagar a conta, porque o garçon insistiu em me lembrar. Ainda latejava na mente aquele sentimentozinho de imprestável, descartável, vira lata quando não tem mais nenhuma para virar na rua!

Quando liguei o PC, lá estava uma mensagem remetida por: Vidência online. Assunto: Epitácio, sua vida vai mudar depois de ler esta mensagem.

Hesitei...

Materialista de carteirinha e agnóstico, des- ses que não reconhecem nenhum passo além daqueles dados por Galileu, Newton e Einstein na Física Moderna, conjecturei: “Será spam? Abro? Astrologia?!”.

No mais profundo do meu íntimo, ou, como di- ria Camilinha, lá no centro do fígado, duelavam o senso comum e a cientificidade, ou, nas palavras da mesma jovem pensadora, o Tico e o Teco.

Abri.

A mensagem encheu a tela: “Mude sua vida agora mesmo. Responda às perguntas espon- taneamente, sem pensar muito. Seja direto e objetivo. Depois clique em enviar”.

As perguntas eram gerais, do tipo: “você se sente feliz?”, “sofreu perda recente?”, “sente-se traído?”. Ao todo preenchi uns cinquenta quadrinhos entre sim, não e mais ou menos. E enviei.

Uma mensagem piscou solicitando o número do telefone fixo. Encarei o monitor com aquele



olhar de viés, como que fazendo pontaria, e tomei distância do objeto, como aconselham os sociólogos.

De novo, um duelo interno entre objetividade e subjetividade. De fato, não estava em condições de decidir: “Mas, não faz mal nenhum. Afinal, estou até me sentindo melhor por falar de mim... online!”, pensei.

Ao enviar o número, uma janela se abre com a mensagem: “Obrigado por nos deixar ajudá-lo nesse momento difícil. A consulta será debitada em sua conta telefônica. Em meia hora, a vidente Ana Conda disponibilizará o prognóstico”.

Foi o tempo de ir à cozinha, tomar um café com bastante açúcar e esvaziar duas garrafas d’água da geladeira.

De volta, lá estava a mensagem na caixa de e-mail:

“Senhor Epitácio. Os momentos difíceis põem sob prova o caráter do homem. No seu caso, será necessário mobilizar vigor moral, coragem e resiliência para superar a situação. A humildade de assumir parte da culpa pelo acontecido é prova de honra de sua parte. A traição é, de fato, algo doloroso e até dramático para os homens. Mas não se desespere, pois nada é irreversível. Seu intenso desejo de voltar à situação de antes é prova indelével do amor mais sincero e puro. Por isso não o deixe esvaír- se nas labaredas do ressentimento. Em futuro breve, sua amada retornará aos seus braços, se por isso lutar”.

#####

Na sexta, eu tinha sido demitido.

Vale a pena ver

Título Original: I, Daniel Blake
Gênero: Drama
País de Origem: Reino Unido, França, Bélgica
Ano: 2017



Já nos primeiros segundos do filme, ainda sem qualquer imagem, somos submetidos ao clima kafkiano que impera boa parte do serviço público mundial sob a égide do neoliberalismo. A partir daí, acompanhamos as desventuras de um carpinteiro com mais de 60 anos que, tendo sofrido infarto e impossibilitado de trabalhar por determinação médica, corre atrás de seu benefício de auxílio-desemprego pelos espaços devidos do Estado. Sim, essa é a “via crucis” de Daniel

Blake, mas poderia ser de Raimundo, Helena, Chico ou Maria, qualquer trabalhador que busque o amparo do Governo, quando dele necessitar após anos de contribuição previdenciária.

Mas a situação de Daniel nos parece mais surpreendente, pois se situa num país dito ultra-desenvolvido e que alardeava relações trabalhistas mais humanitárias. Não é isto que mostra o filme de Ken Loach, vencedor da Palma de Ouro em Cannes 2016. O que ele nos oferece é a real situação em que vivem os trabalhadores precarizados britânicos diante de um Estado burocratizado, insensível e assassino. Por extensão, temos essa mesma perspectiva nos caminhos que a política norte-americana e brasileira parece reservar aos trabalhadores com as medidas absurdas de Trump e a contrarreforma previ-

denciária de Temer, respectivamente.

O personagem Daniel Blake é um cidadão que se mostra impotente frente a um Estado que falha em garantir sua dignidade quando ele mais precisa. Mais que isso, assiste inconformado à forma como os governos tratam, em suas baías, cartilhas decoradas e atendentes eletrônicos, cidadãos honestos como ele. E tudo que ele quer – como todos os trabalhadores – é apenas uma renda digna de sobrevivência para quem muito labutou, mas a realidade que impera é a de uma sociedade autoritária que não integra nem deixa integrar. Um filme poderoso, emotivo e obrigatório.

Tomzé Costa é professor do curso de Jornalismo da Ufam, ex-presidente da ADUA-SS e coordena o Cine & Vídeo Tarumã.

COLUNA FALA JURÍDICO

DESVENDANDO A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Por **Fernanda Kelen S. da Silva**

Com o assunto “Reforma da Previdência” em voga, por ocasião da Tramitação da PEC nº 287/2016 no Congresso Nacional, surgiram diversos questionamentos referentes à denominada averbação de tempo de contribuição, a qual, para boa parte dos brasileiros, é um procedimento necessário a ser percorrido antes do pedido de aposentadoria.

Os indivíduos que no decorrer da sua vida transitaram por diversos vínculos funcionais precisam fazer a averbação de tempo de contribuição, antes de solicitar o benefício. É o caso de diversos servidores públicos que, anteriormente ao ingresso no cargo público efetivo, exerceram atividades privadas ou ocuparam outros cargos, empregos ou funções públicas.

Isso acontece porque os trabalhadores da iniciativa privada vinculam-se a regime diverso dos servidores públicos titulares de cargos efetivos. Enquanto aqueles são segurados do chamado Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estes contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do respectivo ente federado (União, Estado, Distrito Federal ou Município).

Importa salientar que os empregados públicos, os servidores temporários e os servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com os entes federativos, suas autarquias ou fundações, não se submetem às regras dos Regimes Próprios, estando inseridos no Regime Geral de Previdência Social.

A existência de regimes diversos implica o cumprimento de regras diferenciadas de aposentadoria, bem como o recebimento de benefícios distintos, no que se refere à forma de cálculo, reajuste e etc., pontos que a PEC nº 287/2016 pretende modificar, visto que a proposta busca a convergência entre os regimes e a unificação das regras de aposentadoria.

Nesse sentido, a averbação do tempo de contribuição consiste no registro efetivado nos assentamentos funcionais do servidor do tempo de contribuição decorrente do labor prestado em outras instituições, públicas ou privadas, padronizando os cálculos em apenas um regime.

Em outras palavras, significa dizer que o servidor, através da averbação, informará ao órgão que possui diversos períodos de contribuição anteriores, os quais deverão ser somados para perfazer o tempo de contribuição

exigido pelas regras de aposentadoria.

A partir desse momento, os regimes se encarregarão de realizar a compensação financeira das contribuições vertidas pelo trabalhador, ou seja, caberá ao regime que de fato recebeu a contribuição previdenciária auxiliar no pagamento do benefício concedido pelo outro regime.

É comum que os servidores aguardem a proximidade da solicitação de aposentadoria para proceder com a averbação, porém é possível e recomendável que o registro seja feito com antecedência, evitando que o servidor precise trabalhar mais que o necessário, além de outros contratemplos que poderão surgir no momento da aposentadoria.

O servidor deverá efetivar a averbação no setor de recursos humanos do órgão em que pretende se aposentar e, para isso, é necessário que tenha em mãos a certidão de tempo de contribuição original, a qual é o documento hábil a comprovar o período efetivamente contribuído.

A certidão de tempo de contribuição é fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), caso o período laborado corresponda à iniciativa privada, ou pelo próprio órgão, na hipótese de tempo prestado no serviço público federal, estadual ou municipal.

O período de serviço militar, tanto o obrigatório como o voluntário, também é considerado tempo de contribuição, podendo ser averbado para fins de aposentadoria. No caso do serviço obrigatório, basta apresentar o certificado de reservista, e, no que diz respeito ao serviço militar voluntário, é necessário obter uma certidão na unidade militar onde o serviço foi prestado.

Cumprido frisar que ordenamento jurídico brasileiro veda a somatória de tempos de contribuição provenientes de atividades exercidas de forma concomitante. No entanto, esse período poderá servir para a percepção de duas aposentadorias distintas.

Nesse caso, pretendendo o servidor acumular mais de uma aposentadoria, como por exemplo, uma proveniente de cada regime (RGPS e RPPS) ou duas decorrentes de Regimes Próprios, o que é possível para os docentes nas hipóteses permitidas em lei, a averbação não deve ser feita.

Além disso, a averbação do tempo de contribuição não poderá ser efetuada se o servidor já utilizou esse tempo para perceber aposentadoria ou outro benefício previdenciário.

Fernanda Kelen é advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria da ADUA

Comentários



Elciclei Faria Que UFAM é essa? Não consegui ficar calada. Vergonha institucional. (Sobre nota emitida pela ADUA em defesa da autonomia e da democracia na Ufam)



Zeina Thomé Isso sim, pode ser caracterizado como golpe porque está frontalmente em desacordo aos princípios e práticas democráticas historicamente e socialmente constituídas no âmbito institucional e das entidades. (Sobre o ataque à autonomia e à democracia praticado pela Administração Superior ao delegar ao Consuni a condução do processo de consulta para a escolha do reitor e vice reitor da Ufam)



Luiz Carlos Martins Parece que interesses escusos tomaram conta desse país em todos os níveis. Na UFAM também tem gente que passa por cima de tudo e de todos pra se manter no poder a qualquer custo. (Sobre o ataque à autonomia e à democracia praticado pela Administração Superior ao delegar ao Consuni a condução do processo de consulta para a escolha do reitor e vice reitor da Ufam)



Luiz Fernando Souza Santos A julgar pela forma como esta eleição tem sido conduzida, num imoral e repressivo uso da máquina pública em favor do candidato do status quo, vamos precisar instalar urgentemente uma Comissão da Verdade que faça uma radiografia desse jogo sujo. (Sobre a forma como o processo eleitoral vem ocorrendo na Ufam)



Luiza Souza Nossa, já começaram os desmandos? (Sobre nota emitida pela ADUA em defesa da autonomia e da democracia na Ufam)



Nilson Rodrigues Barreiros É lamentável a gente ver esse tipo de atitude em uma instituição onde o lema é “nosso maior patrimônio”. Parece que os “gordos” políticos à la Calheiros/Maia estão fazendo gerações que levarão a criação de uma universidade privada onde manda quem quer e obedece quem tem juízo. Adeus pluralidade de pensamento. Como será que ficaria o CONSUNI com esses grupos no poder? (Ainda sobre o processo de consulta na Ufam)